

PORTARIA INTERMAT Nº 309/2024

O PRESIDENTE DO INSTITUTO DE TERRAS DE MATO GROSSO, no uso de suas

atribuições legais, e de acordo com o artigo 117, da Lei nº 14.133/21, bem como art. 14 do Decreto Estadual nº 1.525/2022.

RESOLVE:

Art. 1º: Designar os servidores para responder pela fiscalização e acompanhamento do contrato inframencionado, em conformidade com a Lei 14.133/21 da execução:

CREDOR	CONTRATO	FISCAIS	SUPLENTES	GESTORES
NAKA EXPRESS GENEROS ALIMENTICIOS LTDA	CONTRATO 007/2024/INTERMAT - SIAG- C Nº 01462/2024 INTERMAT- PRO- 2024/05659	Nº JOÃO DE BOTELHO- MATRÍCULA: 308680	GUILLERME RANGEL ARAÚJO WILLIAN COSTA MATRÍCULA: 120547	JULIO DA ANTONIO - RIBEIRO MATRÍCULA: 293789

Aquisição de café em pó para atender as demandas do instituto de terras de Mato Grosso, conforme condições e especificações constantes no termo de referência.

CREDOR	CONTRATO	FISCAIS	SUPLENTES	GESTORES
NAKA EXPRESS GENEROS ALIMENTICIOS LTDA	CONTRATO 004/2024/INTERMAT - SIAG- C Nº00850/2024 INTERMAT- PRO- 2024/02622	Nº JOÃO DE BOTELHO- MATRÍCULA: 308680	GUILLERME RANGEL ARAÚJO WILLIAN COSTA MATRÍCULA: 120547	JULIO DA ANTONIO - RIBEIRO MATRÍCULA: 293789

Aquisição de chá mate para atender as demandas do instituto de terras de Mato Grosso, conforme condições e especificações constantes no termo de referência.

CREDOR	CONTRATO	FISCAIS	SUPLENTES	GESTORES
CS-BRASIL FROTAS SA	CONTRATO 017/2023/INTERMAT - SIAG-C Nº02346/2023 INTERMAT- PRO- 2023/04687	Nº WILTON CHALES DO NASCIMENTO - MATRÍCULA 291191	JOÃO GUILLERME DE ARAÚJO BOTELHO- MATRÍCULA: 308680	JULIO ANTONIO RIBEIRO MATRÍCULA: 293789

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos administrativos, categorias diversas (sem motorista e sem combustível), devidamente licenciados junto ao detran, com quilometragem livre, incluindo seguro, monitoramento em sistema, manutenção veicular, insulfilm e adesivagem para atender as unidades administrativas, pertencentes aos órgãos/entidades do poder executivo do estado de Mato Grosso.

CREDOR	CONTRATO	FISCAIS	SUPLENTES	GESTORES
ART CAR VEÍCULOS LTDA	CONTRATO 011/2023/INTERMAT - S I A G - C Nº01769/2023 INTERMAT- 2023/04616	Nº WILTON CHALES DO NASCIMENTO PRO- - MATRÍCULA 291191	JOÃO GUILERME DE ARAÚJO BOTELHO- MATRÍCULA: 308680	JULIO ANTONIO RIBEIRO - MATRÍCULA: 293789

Refere-se à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos administrativos, categorias diversas (sem motorista e sem combustível, para atender as demandas do Instituto de Terras de Mato Grosso - INTERMAT .

CREDOR	CONTRATO	FISCAIS	SUPLENTES	GESTORES
TIM S.A	CONTRATO 030/2023/INTERMAT - Nº03404/2023 INTERMAT- 2023/14256	Nº GILSON CONVERSANI PIMENTEL MATRÍCULA: 326156	JULIO ANTONIO RIBEIRO MATRÍCULA: 293789	JOÃO GUILERME DE ARAÚJO BOTELHO- MATRÍCULA: 308680

O objeto do presente instrumento refere-se à contratação de empresa especializada em telecomunicações, que

possuam outorga da ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, para prestação de serviços de telefonia móvel.

CREDOR	CONTRATO	FISCAIS	SUPLENTES	GESTORES
J A B JUNIOR	CONTRATO 010/2024/INTERMAT - Nº01562/2024 INTERMAT- PRO- 2024/04694	Nº GILSON CONVERSANI PIMENTEL MATRÍCULA: 326156	DONIZETE SENA RODRIGUES MATRÍCULA: 62401	JOÃO GUILERME DE ARAÚJO BOTELHO- MATRÍCULA: 308680

Contratação de empresa especializada no serviço de dedetização, desinsetização, descupinização e desratização por m2 para atender ao intermat.

CREDOR	CONTRATO	FISCAIS	SUPLENTES	GESTORES
LINCE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA	CONTRATO 012/2022/INTERMAT - S I A G - C Nº02490/2023	Nº JOÃO GUILERME DE ARAÚJO BOTELHO- MATRÍCULA: 308680	WILTON CHALES DO NASCIMENTO - MATRÍCULA 291191	MARCIANNE DO CRISTINNE QUIXABEIRA DOS SANTOS ROSA - MATRÍCULA: 285680

Contratação de empresa especializada no serviço de vigilância ostensiva armada, de natureza contínua, que compreenderá, além de mão de obra, o fornecimento de uniformes e o emprego

de todos os equipamentos,

ferramentas e epis necessários a execução do serviço e de acordo com obrigações legais vigentes.

Art. 2º Esta portaria produz efeitos a partir do dia 08 de Novembro de 2024.

Caberá ao gestor do contrato: Art. 14 Decreto nº 1.525/2022.

I - determinar a elaboração de termo de referência, estudo técnico preliminar, solicitação de aditivos ou apostilamentos, validar os documentos elaborados e garantir que as contratações estejam previstas no plano de contratações anual e no planejamento orçamentário;

II - emitir, com a ciência dos fiscais de contrato, ordens de fornecimento ou ordens de execução de serviço, ordens de paralisação e reinício, bem como decidir sobre pedidos de prorrogação da execução contratual;

III - indicar os fiscais de contrato e seus substitutos;

IV - dirimir dúvidas dos fiscais de contrato sobre a correta execução contratual e sua fiscalização;

V - quando necessário, convocar e coordenar reuniões, registradas em ata, com a participação da contratada e dos fiscais, a fim de serem alinhados os procedimentos de acompanhamento da execução contratual, da forma de apresentação dos documentos exigíveis para realização de pagamentos e conclusão da execução contratual;

VI - acompanhar a execução do cronograma físico-financeiro dos contratos, do saldo dos valores contratados, dos valores empenhados e dos orçamentos previstos nos Planos de Trabalho Anual para cada contrato;

VII - analisar os relatórios de fiscalização de contratos, especialmente os relacionados ao cumprimento do cronograma de entrega e recebimento de bens e serviços, bem como os relacionados à execução do cronograma físico-financeiro das obras e reformas, a fim de garantir a perfeita execução do contrato;

VIII - observar os prazos de vigência e execução dos contratos e tomar as medidas necessárias para que sejam executados conforme o contratado, de acordo com as necessidades da administração e planejamento orçamentário e financeiro;

IX - decidir sobre a renovação, prorrogação ou alteração dos contratos, ou sobre a realização de novo procedimento licitatório ou de contratação direta, bem como sobre a suspensão da entrega de bens ou da realização de serviços, de acordo com as necessidades da administração;

X - quando necessário, negociar com a contratada as condições contratuais;

XI - encaminhar os processos de pagamento, após o atesto da nota fiscal pelo fiscal do contrato;

XII - tomar providências para apurar o descumprimento do contrato ou fraude na sua execução;

XIII - exigir dos fiscais a inclusão tempestiva das informações relativas à execução do contrato nos sistemas corporativos de controle, publicidade e transparência;

XIV - coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa do contrato;

XV - emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos;

XVI - acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato ou dos terceiros contratados a respeito de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

XVII - constituir relatório final, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração.

§ 1º Nas ausências e impedimentos dos fiscais titulares e substitutos, o gestor de contrato deverá designar fiscal provisório, preferencialmente entre servidores que preencham os requisitos técnicos-profissionais aplicáveis.

§ 2º Nos contratos de obras e serviços de engenharia, o fiscal provisório indicado no parágrafo anterior deverá necessariamente preencher os requisitos técnicos-profissionais aplicáveis.

Cabe ao fiscal do contrato: Art. 15 Decreto nº 1.525/2022.

I - prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;

II - juntar aos autos todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

III - emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer

inexatidão ou irregularidade constatada em desacordo com a execução do contrato, determinando prazo para a correção;

IV - informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

V - realizar a conferência de notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes, os documentos exigidos para o pagamento bem como verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada e, após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

Art. 3º Compete ao gestor e fiscal do contrato, de acordo com o art. 3º, da Instrução Normativa nº 012/2023/SEPLAG que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de utilização do Sistema de Aquisições Governamentais - SIAG nas aquisições e contratações públicas realizadas pelos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso e a regulamentação do inciso X do art. 197 do Decreto nº 1.525, de 23 de novembro de 2022.", respectivamente, sem prejuízo de outras atribuições, descritas no contrato ou instrumento congêneres;

Art. 3º A gestão contratual deverá ser realizada integralmente no módulo de contratos do Sistema SIAG, visando à regular disponibilidade de informações no sistema e no Portal Transparência do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, sendo obrigatória a inserção das seguintes informações:

I - empenho da despesa;

II - nota fiscal da empresa;

III - ateste da nota fiscal, identificando cada item contratado;

IV - documento da liquidação de pagamento (LIQ);

V - documento de pagamento - Nota de Ordem Bancária (NOB).

Parágrafo único Os documentos previstos nos incisos I e II deste artigo, além de serem inseridos no Sistema SIAG, deverão ser anexados ao SIGADOC antes do efetivo pagamento da nota fiscal.

[...]

Art. 9º Os procedimentos estabelecidos no manual do sistema SIAG deverão ser observados para acesso ao sistema e operacionalização da plataforma.

Art. 10 O descumprimento dos procedimentos previstos nesta Instrução Normativa sujeitará às respectivas unidades orçamentárias ao regime orçamentário e financeiro cautelar. (IN nº 12/2023/SEPLAG - DOE 28.563 de 15/08/2023).

Art. 4º Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação no diário oficial do estado de Mato Grosso.

REGISTRADA, PUBLICADA, CUMpra-SE PALÁCIO DO GOVERNO.

Cuiabá - MT, 22 de Novembro de 2024.

Francisco Serafim de Barros

Presidente do Instituto de Terras de Mato Grosso

Superintendência da Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso
Rua Júlio Domingos de Campos - Centro Político Administrativo | CEP 78050-970 | Cuiabá, MT

Código de autenticação: e5166578

Consulte a autenticidade do código acima em https://iomat.mt.gov.br/legislacao/diario_oficial/consultar